

**A AGROECOLOGIA, ALTERNATIVA AO MODELO AGRÍCOLA DESENVOLVIMENTISTA NA ÁFRICA**

A expressão "países subdesenvolvidos" foi empregada oficialmente pela primeira vez no discurso de tomada de posse do presidente americano Truman em 1949, consolidando uma gestão das relações internacionais, na qual o modelo econômico e cultural das sociedades "industrializadas" tinha que ser replicado nestes países. O capital, a ciência e a tecnologia sendo os principais ingredientes para realizar as transformações. Conseqüentemente esta transferência de valores educacionais e culturais ocidentais significou mudanças nos modos de vida das populações da África, América Latina e Ásia. A missão humanitária de "desenvolver" foi colocada em prática através de implementação de programas de apoio no progresso e crescimento econômico dos países menos avançados. Precisava-se corrigir o atraso, e as grandes metrópoles se ofereceram de salvar as antigas colônias, para alcançar a modernidade. O "desenvolvimento" se tornou, portanto como o conceito central organizador da vida de todo mundo.

Com a introdução das culturas de exportação no período colonial, as populações agrárias africanas foram forçadas a participar aos projetos de modernização agrícola. Pacotes tecnológicos da Revolução Verde que estavam fazendo sucesso no mundo ocidental foram importados para atingir altas produtividades. Variedades híbridas foram introduzidas, serviços de extensão criados para iniciar os agricultores ao uso intensivo da terra e de insumos tais como fertilizantes sintéticos e maquinários. Os métodos e as ferramentas agrícolas destas populações foram julgados, e foram abandonados. Os subsídios e a exoneração nos impostos se apresentaram como mecanismos financeiros para incentivar os agricultores a investir mais na agricultura comercial. Em suma, sistemas tradicionais de produção passaram para uma agricultura consumidora de insumos externos. Após as independências nos anos 50-60, os governantes locais não acharam a necessidade de se desfazer com modelos agrícolas intensivos, implementados pelos colonizadores. Ao contrário, as políticas agrícolas reforçaram a vontade de se modernizar a modo ocidental e se focalizar nas culturas comerciais, as necessidades alimentares das populações sendo supridas pelas importações, comprometendo de uma vez por tudo a segurança alimentar de grande parte da população dos novos estados.

Estas mudanças políticas e econômicas acompanharam-se de perturbações nas estratégias de gestão dos recursos naturais. Surgiram novos problemas ambientais tais erosão, salinização e perda da fertilidade dos solos. Processos de desmatamentos e de desertificação também se aceleraram. As políticas de modernização deixaram milhares de áreas agrícolas improdutivas, acentuando a pobreza no meio rural quando se sabe que muitas populações rurais dependem ainda destes recursos naturais para se manter fisiologicamente e socialmente. Em suma, o modelo de desenvolvimento agrícola predominante baseado na agricultura comercial não foi capaz de atingir os mais pobres, nem de resolver as questões ambientais. Também ao longo do processo de desenvolvimento, os valores cultural, religioso e moral, atribuídos aos recursos naturais pelas populações agrárias foram ignorados, se concentrando apenas em ganhos econômicos. A globalização acentuou ainda mais esta tendência com a padronização dos sistemas produtivos agrícolas indiferenciados em todas as regiões do mundo, independentes das especificidades culturais.

Todavia, a manutenção da diversidade cultural e seu respeito são fundamentais para a própria sobrevivência das civilizações. Segundo Gray (2000), quando se observe a distribuição espacial de populações tradicionais, há uma correlação clara entre áreas de diversidade biológica e as áreas de diversidade cultural. Em outras palavras, o desaparecimento de conhecimentos e de culturas tradicionais só vai acentuar a perda da biodiversidade. Então alternativas ao modelo de modernização agrícola são urgentes para evitar uma maior desagregação social, um aumento da pobreza e o desaparecimento de aspectos culturais das sociedades agrárias africanas.

Este artigo pretende mostrar como o discurso e a estratégia desenvolvimentista e seus instrumentos, em vez de criar a abundância prometida pelos políticos e teóricos da década dos 50, participou na crise atual do setor agrícola e na erosão cultural de países africanos. Na abordagem desta temática, primeiro destacarei uma perspectiva histórica do discurso do desenvolvimento. O "desenvolvimento" tem sua própria lógica, coerência interna e efeitos, enraizados no pensamento ocidental, cujos desdobramentos políticos, sociais, econômicos e filosóficos se originam no final do século 18. Em segundo tempo, analisarei a dinâmica do discurso e poder do desenvolvimento na representação da realidade africana. Terminarei com uma discussão sobre visões alternativas na era do pós – desenvolvimento, destacando principalmente o aporte da abordagem da agroecologia como uma proposta para agricultura africana camponesa.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Centro de Pos – graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Brasil. – CPDA/UFRRJ – Brasil.  
mathyaba@yahoo.fr

## I. Dinâmica do discurso de desenvolvimento

A atual dependência tecnológica e econômica dos países "subdesenvolvidos" do continente africano em relação aos países hegemônicos alimenta uma crítica de que o discurso desenvolvimentista constituía outras formas disfarçadas de imperialismo, a pretensão de dominar persiste. Com a criação do "Terceiro Mundo", estes países, através de programas e estratégias, se tornaram em metas de novos mecanismos de poder. As suas economias, sociedades e culturas se transformam em novos objetos de conhecimentos, o que criou novas possibilidades de poder (Escobar, 1995,214).

O discurso desenvolvimentista se instaurou com uma Ordem Mundial, classificando Estados – Nações segundo seu grau de inserção ao sistema econômico mundial e forçando mudanças de valores que seguem as ideologias ocidentais. Todavia, Crush (1995,6) chama atenção que para compreender o poder real do desenvolvimento, não se pode ignorar o contexto institucional, histórico e geográfico que seu discurso foi constituído e consolidado.

Ao que diz respeito à perspectiva histórica do discurso desenvolvimentista, existe um debate que este discurso desenvolvimentista não é um fenômeno tão recente, que surgiu na pós-segunda guerra mundial, como sustentam alguns escritos das teorias de desenvolvimento. As suas filosofias, suas raízes, sua coerência precedem a fase de reconstrução das nações das décadas 50.

Para alguns autores como Cowen e Shenton, (1995:29) as ideológicas associadas ao desenvolvimento (progresso, industrialismo, racionalismo, individualismo, modernidade) que constituam hoje o princípio organizador de milhares de populações africanas, remontam da era das "luzes", baseada em processos de crescimento econômico e acumulação de capital. Eles argumentam que o 'desenvolvimento' é uma invenção intelectual européia, que apareceu desde o final do século 18, nas primeiras fases do capitalismo industrial europeu:

the idea of development is necessarily Eurocentric because it was in Europe that it was hoped to provide the constructivist means to compensate for results of the development of capitalism.(Cowen e Shenton, 1995:29)

O "desenvolvimento" neste período na Europa foi uma pretensão do Estado para ordenar um processo destrutivo. O caos social causado pelo progresso tecnológico da Revolução Industrial (rápida urbanização, pobreza e desemprego), incitou o Estado a intervir para instaurar mudanças construtivas. Para estes autores, o desenvolvimento foi, portanto uma reconstrução política em períodos de destruição, uma tentativa de conciliar progresso com ordem. Esta noção de desenvolvimento que se contrapõe a decadência ou ao recuo da sociedade, ainda acompanha o discurso desenvolvimentista nos tempos contemporâneos.

A idéia do progresso linear e universal que esta associada à noção de desenvolvimento conheceu também seu apogeu durante as revoluções: científica e industrial do século 18, quando a ciência se distanciou da órbita da emoção e da paixão, para entrar totalmente no domínio da lógica e da razão. Os pensadores iluministas pregavam a adoção de comportamentos racionais em todas as esferas de atividades, para a formação de uma sociedade racional e eficiente resultando ao 'desenvolvimento' da humanidade. Através de arranjos racionais, a idéia do progresso transformou as diversidades em um mundo unificado e simplificado, e deu força ao pensamento dominante acerca da evolução linear de todas as sociedades: da pobreza, da barbárie, do despotismo e da ignorância para a riqueza, a civilização e a democracia e a racionalidade (Shanin, 1997:65). O pensamento evolucionista sustentou a tese que os povos seguem um progresso linear e que a modernização seria um processo natural desta evolução. Como as sociedades européias já tinham atingido o progresso material (industrialização, urbanização), elas tinham o dever moral de acabar com a pobreza dos países 'atrasados' para trazer riquezas, ciência, enfim o progresso. Teorias racistas que sustentavam a superioridade biológica da raça branca sobre as outras, apoiaram a ideologia evolucionista, associando a colonização como um processo necessário e benéfico para aos povos atrasados da África. Estas colocações caracterizam o 'paradigma estática da situação colonial' que negou a originalidade e a especificidade cultural dos africanos (Assogba 1998:5), as sociedades africanas são 'sem história' e 'primitivas'.

A visão humanitária de "civilizar" se concretizou no século 19 pela invasão européia de vastos territórios da África, que receberam investimentos em infra-estruturas para iniciar atividades modernas de exportação de matérias primas para alimentar a manufatura das nações européias. O forte crescimento industrial na Europa, a intensa competição por mercados e, sobretudo a crise da superprodução levaram estados europeus a assumir uma política de busca de fatores de produção e novos mercados, fora de seus territórios. As colônias africanas foram ao mesmo tempo, fontes de matérias primas e mercados para os produtos manufaturados das metrópoles. Mas foi a missão de "ajudar e civilizar" que se tornou à justificativa ao imperialismo e deu legitimidade à expansão européia. Para reforçar esta conotação humanitária, relações tutelares se instauraram entre sociedades 'avançadas' e 'primitivas' em nome da civilização, do desenvolvimento tecnológico e do progresso.

A "valorização das terras das colônias" se tornou o objetivo para atingir o desenvolvimento. Enquanto culturas comerciais foram introduzidas nos sistemas agrárias camponesas e infra-estruturas de base (portos, estradas, linha de trem) estavam em construção para encaminhar os produtos agrícolas nas metrópoles. As culturas comerciais eram naturalmente do interesse econômico das indústrias das metrópoles, e substituíram progressivamente as

culturas de subsistência. O novo dispositivo desencadeou transformações das estruturas camponesas que constituam ainda hoje uma das causas das crises do setor agrícola africano. Segundo Noulà (1996:7), o modo de produção colonial integrou progressivamente os camponeses africanos na esfera do capitalismo sem, no entanto realmente lhes integrar na esfera da produção. Na política de valorização colonial, o camponês africano continuou sendo proprietário de seus principais meios de produção, mas obrigados através do trabalho forçado e dos impostos, a integrar a economia colonial e global. Isto explicaria em parte segundo o mesmo autor o não melhoramento dos rendimentos agrícolas, nem o aumento da produtividade. Em outras palavras, a política de valorização agrícola não foi instaurada com a meta de tornar competitiva a agricultura africana, mas apenas na base de exploração, de interesses e de poder. Os camponeses tiveram que adotar novas culturas, novas variedades, sem, portanto receber todo pacote tecnológico que lhes acompanham. Também, Amin (1990) reforça que a colonização foi uma continuidade da escravidão no sentido de favorecer exploração, saques sem nenhuma preocupação ao longo termo, da reprodução da força do trabalho ou das condições naturais de produção.

Todavia, foi após a segunda guerra mundial, que o desenvolvimento das sociedades 'atrasadas' se tornou uma inspiração global. Nas palavras de Escobar (1995,214), desenvolvimento colonizou a realidade, ele se tornou à realidade. O período pós-segunda guerra deu encerramento a influencia econômica e política Européia para dar lugar à hegemonia norte americana. Uma das conseqüências básicas deste conflito mundial foi à modificação das relações internacionais com o início da Guerra Fria. Além da redefinição da plataforma política internacional, novos mecanismos são instaurados para atuar a nível global em nome do desenvolvimento, como a criação do Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), do Fundo Monetário Internacional, do GATT e da Organização das Nações Unidas.

A partir de 1945, o desenvolvimento via industrialização e substituição de importações transformou-se em palavra - de - ordem, para contornar os problemas sócio-econômicos dos países subdesenvolvidos, enfraquecidos pela guerra. A dicotomia desenvolvidos/subdesenvolvidos tomou lugar da oposição primitivos/civilizados, sendo o subdesenvolvimento associado à sub-industrialização, a sub-urbanização, a agricultura arcaica e ao baixo consumo. Planos ambiciosos de desenvolvimento são elaborados nas áreas rurais e urbanas por especialistas em desenvolvimento, teorias sobre a modernidade proliferam. A partir das décadas de 50 movimentos de libertação nacional surgem nas colônias, reclamando a gestão autônoma de seus territórios. As independências foram concebidas sem, no entanto significar autonomia. Algumas estruturas coloniais são mantidas, transformando a nova nação independente em sucursal do poder colonial. No Senegal, antiga colônia francesa, as políticas administrativa e judiciária, por exemplo, foram copiadas da França. Em vez de seguir seus próprios caminhos, as Nações independentes foram simplesmente submetidas a significativas e variadas estratégias de desenvolvimento. Este conjunto de indivíduos e de países passou a ser denominado de "Terceiro Mundo".

Em relação à política agrícola, não houve grandes rupturas, dando continuidade ao discurso desenvolvimentista, de querer priorizar a agricultura de exportação para acumulação de riquezas monetárias. Os fomentadores de políticas foram inspirados de certa forma pela obra clássica de Rostow (1974,36) *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)*. Este pregava que a fase de transição (arranco) da Sociedade Tradicional para a Moderna exigia transformações de sua estrutura social e política, e de suas técnicas de produção com a aplicação da ciência moderna na produção agrícola e industrial, de investimentos em transportes e comunicação. Na prática, isto significou a importação de tecnologias agrícolas da Revolução Verde na África, sob o auxílio do capital das agências internacionais de financiamento. Estas iniciativas de desenvolvimento apostaram na modernização agrícola: uso de variedades híbridas, maquinários, pesticidas e fertilizantes químicos. Entretanto o uso de insumos modernos foi limitado às culturas de exportação: amendoim (Senegal), algodão (Mali), folhas de chá (Kenya), ect...

Devido ao sistema de pagamento de impostos monetários, o camponês foi obrigado a adotar as culturas comerciais para obter dinheiro. Diante deste dispositivo, a integração do camponês africano a economia do mercado foi inevitável. A monetarização do mundo rural levou a sua dependência aos sistemas estatais de crédito para compra de alimentos e de insumos agrícolas, causando conseqüentemente à dependência dos governos ao sistema financeiro mundial. O mercado mundial começou a comandar progressivamente os processos de produção agrícola africana. A crise do petróleo dos anos 70, os anos prolongados de secas na 'Corna da África' e no Sahel, associados às despensas dos preços de matérias primas agrícolas agravaram a crise estrutural da agricultura africana, de mesmo que sua vulnerabilidade e dependência ao exterior.

A década dos anos 70 constituiu um marco importante sobre a evolução do conteúdo dado ao 'desenvolvimento' na cena internacional. Começou-se a enfatizar a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, o crescimento nem sempre promovia o desenvolvimento. O economista brasileiro Furtado (1974) deu evidências nas suas pesquisas sobre o subdesenvolvimento nos países da América latina, onde se conciliou historicamente crescimento econômico em condições da concentração de renda e das desigualdades sociais e regionais. Nas suas argumentações, este defendeu que crescimento econômico não devia ser confundido com desenvolvimento, que no mais das vezes significa a modernização das elites, sem uma difusão dos benefícios na população. Também, além de ocultar a estrutura social de uma nação, os indicadores medidores do desempenho do desenvolvimento (PIB, PNB, ect...) não dão visibilidade sobre os impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente. A

noção de "progresso e crescimento sem limites" estava perdendo sentido, o que ampliaram as discussões sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento dominante. O modelo desenvolvimentista cujo crescimento era patrocinado através dos investimentos de capital dos países desenvolvidos entrou em crise.

As práticas do desenvolvimento tiveram que se adaptar a este novo contexto incorporando variáveis sociais e ambientais no discurso do desenvolvimento. Procurou-se fomentar projetos agrícolas de pequena escala, socialmente relevantes e culturalmente apropriados, para atrair uma maior participação das populações agrárias nos programas de modernização agrícola. Diante ao endividamento dos países africanos, as instituições financeiras internacionais e as agências de cooperação romperam com a "política de injeção de investimentos", iniciaram no quadro dos "programas de ajustamento estrutural" (PAS), políticas de 'ajuda' e de 'assistência técnica' para promover o crescimento e para reduzir a inflação e a dívida pública. As economias africanas foram também orientadas a abrir-se ao mercado mundial segundo as regras do livro comércio para incentivar as exportações e ampliar suas atividades econômicas para além dos seus limites geográficos. A noção de desenvolvimento que foi utilizada como imperativo no processo de evolução dos povos primitivos desde as épocas do imperialismo, só podia ser alcançado agora após respeitar as condicionalidades dos PAS.

Entretanto as melhorias econômicas prometidas continuam aquém do esperado. O processo de liberalização estimulou a entrada de empresas agrícolas internacionais, o individualismo na produção e dificultou o acesso da população nativa aos fatores de produção: capital, tecnologia e terra. As relações de produção passaram a ser totalmente regulada pelo mercado internacional enquanto o Estado afetado pelas privatizações de seus setores estratégicos estava perdendo sua função de reguladora e promotora do bem estar social.

A integração progressiva de economias e de sociedades, que caracteriza a era da globalização, não trouxe os benefícios tão esperados. Além do endividamento não controlado, os países 'atrasados' estavam experimentando um processo de significativa deterioração das condições de vida das populações. Castells (1999,107) através de um diagnóstico pessimista relata que:

"de modo geral, a ascensão do capitalismo informacional global caracteriza-se, indubitavelmente, pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento simultâneos, inclusão social, em um processo que se reflete, grosso modo, em estatísticas comparativas. Há uma polarização na distribuição de riqueza em âmbito global, evolução diferencial na desigualdade da distribuição de renda interna nos países e crescimento substancial da pobreza e da miséria no mundo inteiro e na maioria dos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento".

Enquanto o modelo de desenvolvimento dominante esta em expansão a custo da degradação ambiental em larga escala, as condições dos camponeses estão cada vez mais piorando. As antigas coloniais que hoje representam os países subdesenvolvidos ocupam posições desiguais no sistema econômico mundial mesmo não sendo sob forma da dominação aberta dos períodos coloniais. Além das dimensões ambientais e econômicas da crise agrícola no continente africano, os modos de produção dos camponeses foram afetados.

Diante da crescente pobreza nos países subdesenvolvidos e dos problemas ambientais que acompanharam os processos de desenvolvimento, a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Rio-92, consolidou a noção de 'desenvolvimento sustentável' que veicula ideologias que aliam progresso tecnológico e material com uma conscientização ecológica e responsabilidade social. Mesmo assim, as respostas ao desafio ambiental não foram muitas encorajadoras, os valores da modernidade (racionalismo, acumulação de bens) continuam ordenando as interações entre a estrutura social e o meio ambiente. Os padrões de produção e de consumo continuavam altos nos países industrializados enquanto que as elites locais dos países 'subdesenvolvidos' através do mimetismo cultural (Furtado, 1974) aspiravam aos padrões de consumo prevaletentes nos países avançados. Para resolver os problemas de pobreza, no final de 1999, a nova estratégia das instituições especializadas em desenvolvimento foi de fomentar Programas de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF). Estes têm como objetivo apoiar iniciativas que visem o fortalecimento substancial e sustentável da posição do balanço de pagamentos dos países de baixa renda e promover o crescimento duradouro, resultando na elevação dos padrões de vida e na redução da pobreza. O crescimento que sempre foi um dos objetivos fundamentais dos programas de desenvolvimento recebe nova abordagem como a força motriz da redução substancial da pobreza. Através de um processo participativo, os governos juntos a sociedade civil com o apoio do FMI e do Banco Mundial elaboraram Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PERPs), destacando os programas sociais e setoriais, e as reformas estruturais a adotar para incentivar o crescimento econômico. Estes planos, constituem hoje nos países de baixa renda, o documento de referência para a implementação de qualquer projeto de desenvolvimento.

O 'desenvolvimento' foi uma idéia concebida no ocidente, transferida aos países africanos sob relações de exploração, fora do contexto histórico e cultural dos países africanos. Atraso e subdesenvolvimento foram as categorias construídas pelas nações euro - americanas para caracterizar países que precisariam convergir a uma condição superior.

As formas de intervenção em nome do desenvolvimento variaram ao longo das décadas tempos, mas a pretensão de implicar as sociedades "atrasadas" ao projeto de modernização, segundo o modelo cultural e econômico

ocidental, é ainda relevante. Apesar das numerosas tentativas, a maioria dos projetos de desenvolvimento rural, foi fracassada. O que este discurso afirma realizar ou pensa que esta realizando, não esta acontecendo de fatos. A noção do desenvolvimento esta em crise e o discurso sobre o desenvolvimento em si esta sendo questionado.

## II. O pensamento pos - desenvolvimento no contexto africano

Se os impactos tão esperados das intervenções em nome do desenvolvimento ainda não se produziram, então porque a noção de desenvolvimento continua tão poderosa e predominante?

O discurso do desenvolvimento construiu seus argumentos e estabeleceu sua autoridade, e é percebido nos tempos contemporâneos com um fato pré-estabelecido. O discurso desenvolvimentista tem sido ameaçado pelo impacto dos pensamentos pos – moderno e pos - colonial que questionam sobre os motivos reais do desenvolvimento e como a produção de conhecimento ocidental é inseparável do exercício do poder ocidental. Por isso, alguns estudiosos com enfoque pos-moderno vêm defendendo que o desenvolvimento não é um fato inevitável, nem uma necessidade, mas apenas o resultado de processos sócio – históricos planejados. A preocupação desta critica radical não se limita apenas à procura de outras formas de desenvolvimento que inclui variáveis sociais (desenvolvimento equitativo), ecológicos (eco-desenvolvimento), culturais (etno-desenvolvimento). São os próprios fundamentos nos quais se construí o desenvolvimento como objeto de pensamento e de pratica que são rejeitados através de uma posição anti-desenvolvimento, e chega a propor uma era pos-desenvolvimento. Esta rejeição é favorecida pela noção de desenvolvimento econômico carregar certo 'darwinismo social' embutido na idéia de progresso como expressão de evolução econômica e, conseqüentemente, na noção de atrasado que seria seu contraponto (Maluf, 2000).

As criticas das teorias do desenvolvimento com enfoque pos - moderno, alem de rejeitar o dialogo com a perspectiva positivista, resiste à submersão dentro da linguagem do desenvolvimento, porque esta ultima é fundamental na maneira que a gente ordena, entende e justifica as intervenções do desenvolvimento no mundo natural e social. Segundo este pensamento pos – moderno, o desenvolvimento seria alem de um instrumento para descrever a realidade, seu discurso se espalhou a partir das representações ocidentais sobre outros povos, criando assim uma imagem de um mundo dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Escobar (1997) dentro de uma perspectiva pos – estruturalista, de querer "desfamiliarizar o familiar", não considera a linguagem e o discurso como um reflexo da realidade social, mas sim como constituintes da mesma, e justamente através da linguagem e do discurso que a realidade social inevitavelmente se constrói. Crush (1995:5) na mesma direção sustenta que as idéias do desenvolvimento não emergiram do vazio, elas são construídas a partir de um vasto e hierárquico aparatas de produção e de consumo de conhecimento, que denominou metaforicamente como a "indústria do desenvolvimento". Esta indústria que operacionaliza as redes de poder e de dominação deste século, e chega a dirigir todo globo.

A noção de desenvolvimento, produto das representações ocidentais foi primeiramente empregada em campos filosóficos, políticos, acadêmicos, mas ela se tornou hoje uma expressão popular em diferentes partes do mundo sem receber um significado particular. Os próprios países 'subdesenvolvidos' assumam esta identidade 'outorgada' e suas populações entram desesperadamente na maratona do desenvolvimento, como se fosse seu destino. Como clama Bourdieu (1977: 4):

dominées jusque dans la production de leur image du monde social et par conséquent de leur identité sociale, les classes dominées ne parlent plus, elles sont parlées.

Bourdieu ainda sustenta que, para durar e serem legítimas, as formas de dominação devem ser reconhecidas como "naturais" e carregadas de valores morais (solidariedade, piedade, obrigação). Desta forma, os dominados aderem à ordem dominante sem perceber e tentam imitar os dominantes. As numerosas políticas de desenvolvimento aplicadas nos países africanos adquiriram o alibi humanitário, mas os resultados obtidos só permitem observar o 'gap' tecnológico e econômico entre o continente Africano e os países ocidentais.

Este processo de reconhecimento pacífico da dominação constitua o principio da violência simbólica (Bourdieu, 1980:220) :

Les formes douces et larvées de la violence ont d'autant plus de chances de s'imposer comme la seule manière d'exercer la domination et l'exploitation que l'exploitation directe et brutale est plus difficile et plus réprouvée.

A construção social mundial se realiza através de lutas de representações e de interesses. Estas lutas são evidentemente desiguais porque os agentes sociais têm um domínio variável dos instrumentos de produção da representação do mundo social. Com lembra Bourdieu (1977:2):

La représentation du monde social n'est pas un donné ou, ce qui revient au même, un enregistrement, un reflet mais le produit d'innombrables actions de construction qui sont toujours faites et a refaire. Elle est déposée dans les mots communs, termes performatifs qui font le sens du monde social autant qu'ils l'enregistrent, mots d'ordre qui contribuent à produire l'ordre social en informant la pensée de ce monde et en produisant les groupes qu'ils désignent et qu'ils mobilisent.

O discurso desenvolvimentista se instaurou, portanto pacificamente, sem barulho como a ordem mundial com modas de dominação particulares. A proliferação de instituições especializadas se acompanhou da produção simultânea de conhecimentos e de poder cujo objetivo consiste a uma integração de comunidades e países na economia mundial, e a homogeneização dos modos de vida para transformar as culturas locais nas tendências modernas ocidentais. Deste modo, o discurso de desenvolvimento procura a eliminação das diferenças culturais das sociedades do Terceiro Mundo. A idéia do progresso que, carrega uma noção de superação de um estagio inferior para um momento superior, sempre insistiu em deixar por trás a diversidade cultural, institucional, humana e natural que caracteriza a humanidade. Como prova, as praticas e os programas de desenvolvimento foram uniformes em todos os países 'subdesenvolvidas' sem tomar em consideração as peculiaridades institucionais, nem o legado das crenças, usos, costumes, hábitos, resultantes das experiências de gerações passadas. A dinâmica desaprovação das diferenças culturais que se repete incessantemente em cada plano ou em cada estratégia de desenvolvimento explicaria os numerosos fracassos dos programas de desenvolvimento. François (2003,4) defende esta argumentação acrescentando que o conceito do desenvolvimento é um mito ocidental, que mantém a ilusão de um mundo sem historia e sem diversidade sócio - cultural, um mundo engajado numa única e mesma maratona a direção única:

C'est le mythe de l'occidentalisation achevée et réussie où tous les peuples colonisés, forgés à l'image de quelques sociétés dominatrices autoproclamées "exemplaires" (converties au monotheisme, à l'économie de marché, à la raison moderne, à l'individualisme), poursuivraient les mêmes desseins.

Todavia, nem todos os povos da África, da Ásia e da América latina incorporaram o poder do discurso e das representações do desenvolvimento. A escritora africana Kabou (1991) na sua obra: *Et si l'Afrique refusait le Développement?* defende intensamente que o subdesenvolvimento do continente africano não se deve a falta de recursos financeiros, nem as acusações oficiais de neocolonialismo, endividamento, exportações ao detrimento do auto-consumo, mas sim da resistência dos africanos e de seus dirigentes ao desenvolvimento. Simplesmente os africanos não são motivados pelo desejo de desenvolvimento!!! eles recusam o 'método', a 'organização' que são conceitos chaves na idéia do progresso:

le développement suscite des réactions de répulsion, d'autodéfense culturelle qui expliquent que la réimplantation du concept progrès n'ait nulle part sur le continent atteint en 1990 un seuil d'irréversibilité

Segundo Kabou (1991), apesar dos fracassos repetidos das intervenções para o desenvolvimento, o mito da vontade africana de desenvolvimento se estabelece, porque é do interesse das elites políticas africanas para se manter no poder, e também este mito mantém ativo a "indústria do desenvolvimento". Imagine que as populações africanas param de fingir e declaram ao mundo que eles não se interessam ao desenvolvimento!!! o que serão das relações internacionais entre o continente africano e seus "benfeitores"? Quais serão as razões de existir das instituições de desenvolvimento que enriquecessem os "consultores" e "especialistas" do desenvolvimento? Mesmo se este cenário radical esta ainda a acontecer, as colocações da autora chamam atenção. Nem todas as sociedades são motivadas pela lógica de acumulação de bens e materiais, outras valorizações social ou cultural podem prevalecer. Todavia, apesar de sua originalidade, as reflexões de Kabou apresentam certo reducionismo sobre a complexidade da crise econômica neste continente. A situação atual de pobreza do continente africano não pode ser explicada apenas pela recusa a Ordem e ao Progresso. As heranças dos eventos históricos (escavidão, colonização) estão ainda presentes nas sociedades africanas, e as regras atuais de comercio internacional não estão em favor de uma remuneração justa dos produtos de exportação do continente, impedindo conseqüentemente que as populações de base tenham acesso as melhores condições de vida.

Entretanto, os focos de protestos e resistências às intervenções associadas ao desenvolvimento, registrados nas duas ultimas décadas e que se intensificaram com as novas tecnologias de comunicação, mostram que povos e acadêmicos estão cada vez elevando vozes para rejeitar este modelo de desenvolvimento dominante. Eles se propõem a seguir formas diferentes de organizar suas sociedades e economias. Através desta proposta, eles questionam e recusam a imitar um modelo ocidental padrão; e passam a valorizar a autonomia cultural e econômica nas escolhas de seus modos de vida. Os projetos de sociedade destes movimentos de resistência não se resumem apenas ao crescimento econômico, mas também ao reconhecimento e a valorização de suas identidades, suas praticas econômicas, culturais e ecológicas, e de seus conhecimentos. Seus marcos locais de produção de culturas são reconhecidos como 'qualidade superior' em nichos mercadológicos (fair trade, produtos orgânicos, ect...) que valorizam conhecimentos locais e formas tradicionais de produção. Também, esta crescendo o numero de intelectuais de diferentes partes do mundo (Escobar 1995, Shiva 1997, Ki-Zerbo 2003, Latouche 1986, Kâne 1954, Said 1978) que fazem criticas sobre o discurso científico moderno e que rejeitam modelos de desenvolvimento baseados nos valores ocidentais. Estes autores defendem a emergência de movimentos sociais que proponham "alternativas" ao desenvolvimento, em favor da manutenção da diversidade de identidades culturais.

De fato, os movimentos sociais questionam o fato de que o desenvolvimento seja considerado como principio organizador da vida social em todo mundo, contribuindo assim a consolidação de pensamentos alternativos como dos agroecologistas.

Para o camponês africano, frente ao fenômeno da globalização que vem acentuar a homogeneização de sistemas agrícolas, ou ele aceita de ser um objeto do desenvolvimento ou procura formas de resistência de manter seu modo de vida. Algumas sociedades tradicionalmente agrárias, como dos sereer<sup>2</sup> do Senegal são fontes de inspiração para fomentar alternativas aos projetos desenvolvimentistas.

### **III. Agroecologia, alternativa para Agricultura Africana Camponesa**

Os recursos naturais asseguram ainda rendas, empregos, saúde e alimentos para a grande parte da população da África. Nas suas variadas tentativas de integração aos mercados regionais e internacionais, profundas transformações políticas, tecnológicas, culturais e sociais acompanharam as sociedades agrárias. A grande extensão de culturas de exportação representou urna falsa riqueza por comprometer o futuro agrícola dos países africanos, desequilibrar a economia do país e criar problemas ambientais. Em nome do desenvolvimento, muitas estratégias foram empregadas no meio rural: intensificação agrícola, criação de empresas estatais para apoio aos agricultores, implementação de projetos agrícolas em grande escala, políticas de descentralização e recentemente políticas de redução à pobreza.

Todavia todas estas tentativas para o desenvolvimento se revelaram incapazes de atingir a diversidade e as especificidades das sociedades. Enquanto o Estado estava falhando a sua missão de 'modernizar', formas tradicionais de organização e de produção estavam se desintegrando. A transferência dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde não foi bem sucedida, sobretudo para pequenos agricultores. A desvalorização das moedas locais africanas como o Franco-CFA como exigência dos PAS, causou um aumento nos preços dos insumos agrícolas importados. Com a retirada dos subsídios governamentais, o acesso a estes pacotes tecnológicos se dificultou ainda mais para os camponeses debilitados financeiramente. A marginalização foi inevitável. Os estudos realizados no início das décadas de 90 sobre os impactos das tecnologias agrícolas nos países da América Latina e da África tem mostrando mudanças nas formas de uso dos recursos naturais e as implicações nas relações sociais. A extraordinária aceleração da estratificação social camponesa associada à Revolução Verde indicou imediatamente que esta tecnologia não era socialmente neutra, mas sim capaz de transformar dramaticamente as bases da vida rural de um grande numero de pessoas (Hecht in Altieri, 2002). Para que serve o 'desenvolvimento' quando impõe a população agrícola a adotar tecnologias que contribuem para destabilizar seu tecido social ou que não respondem as suas necessidades?

Diante da crise de adaptabilidade do paradigma de desenvolvimento baseado na Revolução Verde, no contexto social, cultural e econômico dos camponeses africanos, o resgate dos modelos nativos de produção seria uma resposta a esta crise. Desde as épocas do imperialismo, as sociedades africanas foram caracterizadas como 'primitivas', logo seus conhecimentos e modos de produção classificados como 'arcaicos' e 'atrasados'. Recentemente, o paradigma da agroecologia vem revertendo estes pressupostos imperialistas, conferindo legitimidade a saberes e conhecimentos de povos indígenas e camponeses. A agroecologia foi definida por Altieri (1987) como as "bases científicas para uma agricultura alternativa". Ela se apresenta como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais as práticas agrícolas, que foram abandonados com a racionalidade tecnológica. A agroecologia se opõe ao modelo de agricultura que privilegia o investimento de capital, a quantidade e a produtividade dos fatores. Ela incorpora idéias sobre organização social, estrutura econômica e valores culturais. Isto é uma real mudança de paradigma reconhecendo que nem toda agricultura é condenada a seguir numa única e mesma direção que o modelo da Revolução Verde.

A Agroecologia surgiu nas décadas de 90 como um vertente do movimento ambiental na América Latina, em defesa das comunidades tradicionais e indígenas para autogestão de seus recursos naturais. Este movimento ambiental, engajado na afirmação dos direitos de autonomia e de autogestão das comunidades rurais, rompeu com a racionalidade econômica do modelo desenvolvimentista, abrindo novas vias para sistemas de produções próprias as comunidades. Na pratica, esta estratégia significa uma oportunidade para as comunidades forjar seus sistemas de manejo de recursos naturais, passando assim a controlar os processos produtivos em vez de seguir cegamente as leis e interesses da 'mão invisível' do mercado. Estas novas economias endógenas e autogestionárias se fundem em uma demanda por democracia participativa e direta, que implica o seu direito de pensar, propor e realizar outros futuros possíveis, de gerar novas técnicas e de apropriar-se delas como força produtiva e de democratizar os processos de produção de seus meios de vida (Leff, 2002, 48).

A agroecologia recorre a elementos socio-historico-culturais, o que lhe permite de reconhecer que cada comunidade dispõe de sua própria forma de gestão dos recursos naturais e de valorizar os conhecimentos das populações locais sobre seu meio ambiente. Através de vários processos históricos, estes conhecimentos foram "relegados" para que se implementassem sistemas de produção uniformes. A não consideração da variável 'cultura' nos projetos de modernização agrícola explique em parte as falhas das transferências dos pacotes tecnológicos

---

<sup>2</sup> grupo étnico senegalês, tradicionalmente agrária e pastoril, representa 17% da população total. Esta percentagem envolve varias sub-grupos: sereer none, sereer saloum, sereer niominka, sereer safen, sereer sine, etc..Porem dentre estes sub-grupos, focalizarei na minha analise os *sereer sine* que ocupam a atual região de Fatick, devido a seu apego a terras dos ancestrais e a sua fidelidade nas religiões nativas

agrícolas. A abordagem da agroecologia traz, no entanto alternativas para o resgate e a preservação dos modos ancestrais africanos de gestão de recursos naturais e particularmente para produção de alimentos. A busca incessante de total eficiência produtiva que trouxe consigo tantas 'externalidades negativas' na agricultura, parou de ser prioridade, o respeito da 'diversidade' e 'diferença' são as novas palavras de ordem.

A compreensão das relações que comunidades camponesas mantenham com a natureza requer um diálogo entre Ciências Naturais e Ciências Humanas e Sociais, por isto a agroecologia integra áreas de conhecimento não tradicionais a agronomia como a antropologia, a sociologia e a ecologia humana na sua construção teórica. A ruptura com o paradigma dominante do desenvolvimento intervem, pelo renúncio a homogeneidade do saber científico moderno baseada na neutralidade, na racionalidade e no conhecimento formalizado. Os saberes tradicionais, não meramente técnicos e sem fim econômico, de ordem ética e cultura, que chegam a determinar as práticas e intervenções das comunidades camponesas, são também válidos.

Nesta perspectiva, a etnociência foi fundamental por revelar, a partir do estudo das relações do ser humano com a natureza, que as populações tradicionais são portadoras de conhecimentos teóricos e práticos que lhes possibilitam utilizar os recursos naturais de uma forma harmoniosa. As suas correntes (etnobotânica, etnoecologia, etnozootecnia...) têm revelado que o manejo de ecossistemas significa uma relação de conhecimento e ação entre as populações e seu ambiente. Por exemplo, os modelos de poli-cultivos e agroflorestas não são desenvolvidos ao acaso, são baseados numa profunda compreensão das interações agrícolas, guiadas por complexos sistemas etnobotânicos de classificação.

Os conhecimentos: tradicional e científico não são necessariamente contraditórios. Enquanto o conhecimento científico moderno é uma atividade cerebral comunicado por escrita, o segundo é uma atividade baseada na prática e na observação, e utiliza a oralidade para transmissão. A característica 'tradicional' do conhecimento não está associada a sua antiguidade, mas pelas formas sociais que foi concebido e transmitido. O conhecimento tradicional é holístico e adaptativo por natureza. Ele se acumula gradativamente, baseado numa observação apurada e na aprendizagem experimental, está em constante evolução.

Na África Negra, as famílias "são portadores de tradições" (Lamarche, 1993) e guardiões dos conhecimentos tradicionais. Algumas sociedades africanas como os 'sereer' do Senegal (Pelissier, 1966, Dupriez, 1988) desenvolveram a partir de sua cosmogonia, conhecimentos e técnicas agrícolas que se adaptaram as suas condições sócio-culturais. Apesar da introdução do amendoim<sup>3</sup> no sistema de produção tradicional, os sereer puderam manter suas tradições agrárias, sua organização social, sua religião e língua. Diante da economia de mercado, eles se adaptaram intensificando suas técnicas tradicionais através da integração de agricultura, da silvicultura e da pecuária. Suas práticas agrícolas tem os mesmos princípios básicos pregados pelos agroecologistas: manejo dos ecossistemas tanto produtivos, quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987).

Os sereer constituem o segundo maior grupo étnico do Senegal, e habitam principalmente no chamado "bacia do amendoim", no centro-oeste do país. A originalidade do sistema de produção sereer vem da associação da agricultura a atividades pastorais e de silvicultura em condições de alta densidade populacional, de baixa pluviometria (menos de 700 mm/ano), e de solos pouco férteis. A presença permanente do gado e de árvores nas áreas de cultivo do milheto é a expressão da civilização agrária sereer. O milheto fornece a base de alimentação, ele predomina nas áreas agrícolas, e constitui a prioridade para o agricultor sereer diante do cultivo comercial do amendoim. O "sereer" se define por essência como produtor de milheto e criador de bois.

Através de um processo comunitário de seleção, duas principais variedades de milheto (sounia, sanio) foram desenvolvidas com as características desejadas, quer dizer adaptadas as suas condições edafoclimáticas, sócio-econômicas e culturais. As superfícies das áreas cultivadas de *sanio* ou *souna* dependem da precocidade ou não das chuvas.

Quanto à organização do trabalho agrícola, as decisões são tomadas também pelo conjunto de chefes de concessões. Antes o início das chuvas, cada chefe da concessão recebe sua parcela de terra para a produção de suas próprias necessidades alimentares: são as "roças do mato". Todavia, as terras próximas às concessões não fazem parte da divisão, são reservadas para as roças coletivas, onde as atividades agrícolas são realizadas por todos os habitantes do vilarejo. Estas terras são chamadas de *roças de casa*.

As "roças de casa" também chamadas de *pombod*<sup>4</sup> constituam, portanto uma área coletiva agrícola que visa principalmente a garantir a segurança alimentar do vilarejo ou bairro. O "conselho dos anciões" organiza os meios de produção e a força de trabalho. O milheto (*sounia*) devido ao seu valor nutricional e místico ocupa o maior espaço. Ele é consorciado com outras espécies secundárias como feijão, mandioca, abóbora, groselha, quiabo e algodão. O consórcio entre espécies gramíneas (milheto) e leguminosas (niébé<sup>5</sup>) é uma prática muito recomendada hoje na agroecologia. Estas duas espécies vivem em simbiose, são complementares tanto ao nível eficiente dos

---

<sup>3</sup> Principal cultura de exportação, introduzida no Senegal pelos colonos franceses.

<sup>4</sup> O *pombod* é uma área de cultivo intenso ao redor das concessões, plantado em cada ano sem período de pousio

<sup>5</sup> Feijão local (*vigna unguiculata*)



nutrientes que ao nível nutricional. Para renovar a fertilidade dos solos, o *pombod* beneficia de aportes orgânicos das casas (cinzas e esterco de animais pequenos: galinha, carneiros) e dos esterco do gado. Os produtos da colheita são estocados nos 'greniers'<sup>6</sup> da concessão e reservados para o consumo durante atividades coletivas, ou para as cerimônias religiosas ou sociais. Esta reserva é também distribuída nos períodos de fome, para as unidades familiares que tiveram más colheitas. Devido ao seu caráter social, o *pombod* recebe uma maior atenção no manejo e na manutenção da fertilidade dos solos.

As *roças da mata*, áreas de produção propriamente dita, são distantes das concessões onde se pratica uma rotação dos cereais (milheto e sorgo) e feijão (niébé) com período de descanso. A técnica de rotação de culturas nas "roças do mato" facilitou no final do século 19, a integração do amendoim no sistema produtivo. Com a política de não intervenção dos colonizadores sobre a organização produtiva, os sereer tiveram a 'autonomia' de adaptar o amendoim segundo suas formas de trabalho. Nesta área, o milheto (*sanio*) é a cereal de base cultivada, a superfície variando segundo as necessidades das famílias. O sorgo é cultivado apenas como cereal complementar, semeando de 4 a 5 variedades específicas segundo as características do solo (Dupriez, 1988,122).

A estratégia de diversificar as espécies ou as variedades busca a reduzir os riscos de perda da produção na ocorrência de uma praga ou qualquer catástrofe natural, como a da seca. A preocupação não é para obter apenas de produtividades altas, mas principalmente de garantir a segurança alimentar para toda comunidade. Após a colheita, as sementes eram guardadas para o ano seguinte e/ou trocadas com familiares ou vizinhos, realizando assim uma mistura genética importante.

A restituição da fertilidade dos solos é realizada através das técnicas de pousio dos solos (10 a 20 anos) associadas a tradições pastoris (integração do gado bovino nas áreas agrícolas). Com o gado assegurando a função de produção de matéria orgânica nas terras em pousio, a pecuária e a agricultura, não são percebidas pelos sereer como atividades paralelas, mas complementares e associadas.

O gado é sinônimo de prestígio para os membros de uma mesma linhagem maternal<sup>7</sup>, objeto de orgulho e garante da prosperidade material. Quanto maior o rebanho, maior será a influência política dos donos do rebanho dentro da comunidade. Por isto, ele é também sinal da coesão familiar, porque cada membro da linhagem contribua para lhe tornar o maior rebanho do vilarejo. Além dos alimentos (carne e leite) que oferecem, o gado é para o agricultor/pastor, quase a única segurança de reconstituir a fertilidade dos solos. Como salienta Dupriez (1988,123), o prestígio dado ao rebanho está intimamente ligado à gestão ecológica do território e a segurança de existência comunitária e individual. Este simbolismo pelo gado é também encontrado em agrupamentos pastoris dos Nuer (Evans-Pritchard, 2002), um povo do Sudão meridional, que ocupa uma região pantanosa entre dois rios que desembocam no Nilo. Embora as atividades de horticultura e pesqueiras sejam importantes na economia Nuer, as atividades pastoris têm precedência porque o gado não somente possui utilidade para a nutrição, mas também possui um valor social genérico. De fato, eles têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais, as estruturas políticas em função do gado. Para reforçar o significado do boi como valor cultural nos sereer, Pelissier (1966,256) acrescenta que o bovino é fundamental no culto dos ancestrais. Quase todas as manifestações da vida religiosa (batismo, circuncisão, casamento, funeral) se acompanham de sacrifícios bovinos, seu leite dado também em oferenda.

A função do rebanho no espaço sereer se combina estreitamente com a da vegetação arbórea, na sua ação de manutenção e de fertilidade dos solos. A presença em quase cada paisagem agrária sereer, da espécie *acácia albida*, chama particularmente atenção. A sua presença no meio das áreas agrícolas, é uma seleção preconcebida pelos agricultores. Estes, através de conhecimentos sobre a ecologia e as características botânicas do árvore, perceberam a função essencial desta leguminosa, na gestão ecológica das terras, sobretudo na reconstituição da fertilidade dos solos.

A semente da *acácia albida*, germina somente após passar no tubo digestivo do bovino, mostrando mais uma vez a importância do gado no sistema de produção tradicional "sereer" na difusão de espécies arbóreas no território. Além da sombra que oferece aos agricultores, este árvore possui características particulares interessantes. Seu ciclo vegetativo é inverso ao calendário agrícola: as suas folhas aparecem e crescem na época das secas e caem em período de chuvas quando se iniciam os cultivos. A perda das folhas na época das chuvas contribua ao enriquecimento do solo em matéria orgânica, melhorando assim a produtividades dos cultivos ao redor. A permanência das folhas na estação de seca é uma fonte de alimentos frescos para o gado. Seu sistema radicular profundo trabalha para a reciclagem dos nutrientes e para captar água em profundidade. Finalmente, sendo uma leguminosa, ela tem capacidade de fixar o nitrogênio da atmosfera e disponibiliza-ló as plantas. Assim ele assegura a proteção do solo a fortes temperaturas. A acácia tem funções macro e micro ecológicos essenciais (Dupriez,

---

<sup>6</sup> São construções em palhas de milho, milheto ou barro, instaladas dentro ou fora da concessão familiar para armazenagem e proteção dos grãos e cereais.

<sup>7</sup> Geralmente as regras de transmissão de bens familiares nos sereer estão baseadas no sistema de herança matriarcal. A base familiar maternal do sereer é fundamental para sua inserção nas redes comunitárias de solidariedade e reciprocidade. O tio maternal (mais velho) é considerado o verdadeiro responsável da família, e o garante do capital familiar. São os filhos da irmã que herdem os bens do tio para garantir que os bens familiares sejam mantidos entre membros da mesma linhagem maternal.

1988). A *acácia albida* é, portanto parte integrante da paisagem sereer por vários motivos: ecológico (sombreamento, enriquecimento do solo em matéria orgânica, quebra ventos), econômico e social.

A associação do *acácia albida* na paisagem agrária, é com a presença do gado, a solução técnica desenvolvida pelos sereer para praticar uma agricultura sedentária dentro de um contexto de baixa pluviometria, de solos poucos férteis e duma alta densidade populacional. As instituições costumeiras que estabeleciam o controle sócio-cultural quanto ao acesso e ao uso dos recursos naturais, tiveram conscientemente ou não certa preocupação de conservação.

A persistência destas técnicas agrícolas sereer diante do modelo de modernização agrícola se explicaria em parte ao apego dos sereer nas terras de seus ancestrais, e a fidelidade a suas religiões tradicionais.

As práticas agrícolas dos sereer são inseparáveis com as crenças religiosas. Os rituais acompanham a atividade agrícola desde a escolha da terra até a colheita. Eles visam a reforçar a harmonia entre o mundo real (visível) e o mundo dos deuses (invisível) para a proteção de toda comunidade, para assegurar uma boa produção agrícola e uma boa pluviometria. Acredita-se que não honrar as divindades protetoras e o não respeito à natureza, o ser humano corre o risco de ser punido pelas divindades com uma má colheita ou com doenças.

Particularmente nos vilarejos sereer da região de Fatick muito tradicionalistas, ainda é organizado o *Xooy*, uma cerimônia religiosa, durante a qual os *saltigués*<sup>8</sup>, os iniciados, fazem previsões sobre as próximas colheitas, sobre possíveis invasões de pragas e doenças, sobre ocorrência de guerra, de calamidades naturais, e sobre problemas de ordem pública (mudança de poder e conflitos sociais). Em seguida, fazem recomendações de oferendas para afastar o mal da comunidade. As oferendas não são dirigidas ao Ser Supremo, mas aos *pangol*, os intermediários entre os homens e os espíritos, entre o Homem e a Divindade. Gravand (1961) no seu estudo sobre a civilização é persuado que os *pangol* são homens históricos, fundadores de vilarejos, heróis ou chefes de grandes famílias, cujos túmulos são mantidos por gerações admiradoras. Os *pangol* representam, os espíritos dos ancestrais que faz a mediação entre o Ser Supremo e suas gerações de descendentes. As oferendas são geralmente constituídas dos produtos oriundos das atividades agrí-pastoris: cereais (*sounia*) e leite, dando assim um valor religioso dos alimentos cultivados e consumidos na comunidade. Este ritual é uma evidência que não há uma oposição entre cultura e natureza, elas não se apresentam em dois elementos distintos ou contrários da busca das populações tradicionais da harmonia entre o mundo espiritual, a natureza e a sociedade.

As oferendas aos *pangol* manifestam a dedicação e a fidelidade dos sereer aos cultos dos ancestrais, o que mais uma vez mostra seu apego ao território herdado dos ancestrais. Esta relação entre os vivos, mortos e a natureza é um elemento fundamental para entender que o sereer investido na agricultura, pecuária, pesca e outras atividades desenvolve respeito e responsabilidade no uso dos recursos naturais, para não desestabilizar a harmonia entre os vivos e o supranatural.

O sistema de produção dos sereer mostrou uma associação das funções produtivas e ecológicas das espécies, cuja prioridade é a obtenção de rendimento dentro um sistema agrícola integrado a criação animal e a sivilcultura, procurando assim a segurança alimentar de toda a comunidade. Os projetos de modernização agrícola destabilizaram de certa maneira, as formas sociais sereer de gerenciar os recursos naturais. Todavia em vez do abandono total do cultivo dos cereais tradicionais, o amendoim foi simplesmente integrado aos seus modos de produção. Esta adaptação da sociedade agrária sereer faz com que valores cultural, religioso e moral, sejam ainda associados às práticas agrícolas. Os programas de desenvolvimento não puderam terminar com os conhecimentos ancestrais. É necessário salientar que outras sociedades africanas continuam valorizando as praticas tradicionais agrícolas. Portanto há uma necessidade de resgatar e preservar estes conhecimentos, para manter a diversidade cultural do continente africano e, sobretudo para se inspirar do sistema sereer para fomentar modelos agroecologicos.

O exemplo do sistema de produção sereer permite entender que nas comunidades camponesas, as formas de organização social, os sistemas de crenças e as atividades de subsistência são muito associados aos elementos da natureza. O sistema de manejo dos recursos naturais esta intimamente ligado às suas normas sociais e culturais e às condições ecológicas. Nem todas as relações destas comunidades com o ambiente são estabelecidas para satisfazer apenas necessidades básicas, e seus modos de vida não podem ser dissociados com sua ecologia. Enfim, as relações homem-natureza são mediadas, pelos padrões de comportamentos socialmente transmitidos e pela cultura, e pelos valores políticos que a comunidade impôs a tais relações. Assim, a natureza não teria apenas utilidade para produção econômica de bens e serviços, ela possui função social que permitiria a comunidade de se manter culturalmente e socialmente. Conseqüentemente, na visão das comunidades camponesas, os recursos naturais recebem um valor de uso para fins alimentares, medicinais e comerciais, mas também valor de ordem cultural, religioso e moral.

Através de modelos agroecologicos, se espera a reapropriação social da atividade agrícola pelos camponeses, que foi perdida ao longo de processos históricos. As criticas das praticas de desenvolvimento na área rural africana,

---

<sup>8</sup> São pessoas da comunidade que podem predizer acontecimentos do futuro. Os espíritos dos ancestrais se comunicam com a comunidade através dos *saltigués*.

coincide com as questões filosóficas levantadas pelo movimento agroecologista em relação à demanda de práticas agrícolas mais equilibradas ao meio ambiente e adequadas ao contexto social e cultural. Neste sentido, o paradigma da agroecologia abre novas perspectivas para as comunidades camponesas africanas marginalizadas pelo processo de acumulação capitalista, uma nova ordem econômica e política mundial. Mas os modelos agroecológicos não se resumiriam apenas a um conjunto de práticas para uma "agricultura sustentável" ou a uma substituição de insumos químicos a naturais, ou a produção de alimentos saudáveis. A agroecologia carrega uma crítica social mais abrangente, que busca valorizar as especificidades sócio-culturais de cada comunidade, e legitima as lógicas de milhares de agricultores familiares marginalizados no processo da modernização.

Um grande número de pesquisas sobre os conhecimentos agrícolas tradicionais nas comunidades rurais da África "poderia" vir a viabilizar uma maior participação destas comunidades nos planos de manejo de seus ecossistemas, respeitando assim a diversidade cultural. As políticas de "intervenção" do Estado ou de instituições internacionais criaram uma viciosa dependência externa, inibindo assim a criatividade das populações locais. Entretanto Toledo (1985) avisa que o conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam dentro de certos limites, ecológicos, étnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões.

Pode-se pressupor que o resgate dos conhecimentos agrícolas tradicionais poderá oferecer ao agricultor africano uma autonomia em termos de recursos, insumos e de decisões. Autonomia implica aqui ter a "liberdade" e a 'oportunidade' de fazer ou alcançar aquilo que a família ou a comunidade valoriza, em vez de receber imposições de políticas externas ou do mercado. A família ou a comunidade volta a ser o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. Como lembra Ki-Zerbo (2003:132-133): "il faut faire vivre l'Afrique sur ces racines afin de la donner une version moderne de l'africanité et une version africanisée de la modernité". Os modelos agroecológicos que levam em consideração a harmonia entre o homem e a natureza se tornam uma alternativa para os camponeses africanos.

## Bibliografia

- ALTIERI, M.A. *Agroecology: the Scientific Basis of Alternative Agriculture*. Boulder: Westview Press, 1987
- AMIN, Samir. *Maldevelopment Anatomy of a Global Failure*. Zed Books Ltd, 1990. London.
- ASSOGBA, Yao. "Trajectoires et dynamiques de la sociologie generale d'Afrique noire de langue francaise". *Series Recherches n 7*, GERIS-UQAH, ISBN : 2-89251-888-1, 28.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. "Une classe objet". - Actes de la recherche en sciences sociales. - (1977-11)n°17/18, p. 2-5.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade. A era da Informação : Economia, Sociedade, Cultura*. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COWEN, M, SHENTON, R. "The Invention of Development" in *Power of Development*. Routledge, 1995.
- CRUSH Jonathan. "Imagining Development" in *Power of Development*. Routledge, 1995.
- DUPRIEZ, Hugues. *Paysans d'Afrique Noire*. Terre e Vie. 1988.
- ESCOBAR, Arturo. "Anthropology and Development", Unesco, 1997
- ESCOBAR, Arturo. "Imagining a Post-Development Era" in CRUSH Jonathan. *Power of Development*. Routledge.1995.
- EVANS-PRITCHARD.E.E. *Os Nuer, uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota*. 2ª edição, Editora Perspectiva S.A, São Paulo, Brasil
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- GRAVAND, Henry. *Visage Africain de l'Eglise*. Ed. De l'Orante, Paris, 1961
- GRAY, Andrew. "Indigenous Peoples, their Environment and Territories". In *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity*. Published by ITP on behalf of UNEP 2000.
- HECHT, B, Suzanna. "A evolução do pensamento Agroecológico" in ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. Guiaba: Agropecuária, 2002.
- KABOU Axelle. *Et si l'Afrique refusait le Développement?*. Editions l'Harmattan, Paris, 1991.
- KI-ZERBO Joseph. *A Quand l'Afrique?* Entretien avec René Holenstein. Editions de l'Aube, 2003.
- LEFF, Enrique. "Agroecologia e saber ambiental", *Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.3,n.1, jan./mar.2002.
- LAMARCHE, Hugues, (coord). *A agricultura Familiar, Comparação Internacional: Uma realidade Multiforme*. Campinas, Unicamp, 1993.
- KANE, Cheikh Hamidou. *L'Aventure Ambigüe*. Julliard, Paris, 1961.
- MALUF Renato. "Atribuindo sentido (s) a nação de Desenvolvimento Economico". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 53-86.
- NOULA, Armand, G. "Crise Agricole et Developpement Economique: l'expérience Africaine". CERAF, Mont Clair State University, 1996
- PELISSIER, Paul. *Les paysans du Sénégal: Les civilisations agraires du cayor à la Casamance*. Saint-Yriex, Imprimerie Fabrègue. 1966.
- ROSTOW, W, W. *Etapas de Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista)*. Quinta Edição revista. 1974, Zahar Editores.
- SACHS, W. *The Development Dictionary: A Guide to knowledge as Power*. London: Zed Books, 1992.
- SAID. Edward. *Orientalism*, New York: Pantheon, 1978.
- SHANIN. Teodor. "The Idea of Progress" in RAHENA. Majid (ed) *The Post-development Reader*. London Zed Books, 1997.
- SHIVA Vandana. "Western Science and Its Destruction of Local Knowledge" in RAHNENA. Majid (ed). *The Post-Development Reader*, Zed Books, 1997.
- TOLEDO,V.M; CARABIAS,J; MAPES,C; TOLEDO,C. *Ecologia y Autosuficiência Alimentaria*. México: Siglo Veintiuno, 1985.